

**PLÁGIO NA EDUCAÇÃO:** reflexões em torno da literatura internacional e nacional  
**PLAGIARISM IN EDUCATION:** reflections around the international and national literature  
**PLAGIO EN LA EDUCACIÓN:** reflexiones en torno a la literatura internacional y nacional

Sirlene Rodrigues

Mestre em Educação. Jornalista. Grupo de Pesquisa em Educação,  
Comunicação e Tecnologias - Universidade de Brasília (UnB)  
Brasília – Distrito Federal  
sirlenerodrigues2010@gmail.com

Carlos Lopes

Doutor em Sociologia. Professor Associado da Universidade de Brasília,  
Faculdade de Educação, Departamento de Teoria e Fundamentos. Programa de Pós-Graduação em  
Educação. Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologias (FE/UnB)  
Brasília – Distrito Federal  
carloslopes@unb.br

## Resumo

Nesta era altamente midiaticizada e com mediações de código aberto, marcada pela explosão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em todos os contextos da vida humana, inclusive na educação, cresce também o número de problemas relacionados à cópia e ao plágio. Pesquisas internacionais alertam que os alunos estão cada vez mais cedo se especializando na técnica do “copiar e colar”. Para situar o tema do plágio, realizamos levantamento bibliográfico e exploratório da produção acadêmica entre os anos de 2010-2016. O artigo levanta a hipótese de que a falta de informação sobre os processos de pesquisa e responsabilidade na creditação autoral, nos primeiros anos de escolarização, pode ser um dos causadores do plágio e da cópia. Também indica que o estudante contemporâneo – um pesquisador no ciberespaço – deve ser orientado sobre o perigo do plágio e da cópia, e que há lacunas de pesquisas sobre o assunto no ensino fundamental brasileiro, aumentando timidamente a partir do ensino superior, e, por fim, o texto apresenta algumas perspectivas de estudos e pesquisas sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Plágio. Pesquisa. Copiar e colar. Internet.

## Abstract

In this highly mediatized era and with open source mediations, marked by the explosion of Information and Communication Technologies (ICT) in every aspect of human life, education included, also grows the number of problems related to copy and plagiarism. International research warns that students are become specializing in the “copy and paste” technique. In order to place the plagiarism discussion in context, was made a bibliographical and exploratory survey of academic production between the years 2010-2016. The article’s hypothesis is that the lack of information about the processes of research and responsibility in author credit in the first years of schooling, can be one of the causes of plagiarism and copying; that the contemporary student – a researcher in cyberspace – must be oriented about the danger of plagiarism and copying; there are gaps in research on the subject in Brazilian basic education, increasing timidly from higher education and, finally, the text presents some perspectives of studies and research on the subject.

**Keywords:** Plagiarism. Research. Copy and paste. Internet.

## Resumen

En esta era altamente mediaticizada y con mediaciones de código abierto, marcada por la explosión de las Tecnologías de Información y Comunicación (TIC) en todos los contextos de la vida humana, incluso en la educación, crece también el número de problemas relacionados con la copia y el plagio. Las encuestas internacionales advierten que los alumnos están cada vez más temprano se especializando en la técnica del “copiar y pegar”. Para situar el tema del plagio, realizamos levantamiento bibliográfico y exploratorio

de la producción académica entre los años 2010-2016. El artículo plantea la hipótesis de que la falta de información sobre los procesos de investigación y responsabilidad en la acreditación autorial en los primeros años de escolarización, puede ser uno de los causantes del plagio y de la copia; que el estudiante contemporáneo – un investigador en el ciberespacio – debe ser orientado sobre el peligro del plagio y de la copia; hay lagunas de investigaciones sobre el tema en la enseñanza fundamental brasileña, aumentando tímidamente a partir de la enseñanza superior y, por fin, el texto presenta algunas perspectivas de estudios e investigaciones sobre el tema.

**Palabras clave:** Plagio. Investigación. Copiar y pegar. Internet.

## 1 INTRODUÇÃO

A desterritorialização do mundo, possível pela explosão das tecnologias informacionais e comunicacionais, proporcionou a ubiquidade. Essa ubiquidade, por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), nos torna pesquisadores no ciberespaço.

Os usos das TICs também reestruturaram a álgebra – tempo/espço –, com a consequente desterritorialização do mundo e do conhecimento pela conectividade. Dentre as mudanças ocorridas socialmente devido aos usos das tecnologias está também a educação. Os tempos e os espaços virtuais alteraram o processo de ensino e aprendizagem, bem como a forma de pesquisa, desenvolvendo ambientes pedagógicos variáveis para a sociedade do conhecimento.

Todavia, verifica-se também uma correlação deste fenômeno com o aumento dos problemas relacionados às cópias indevidas de conteúdo, caracterizando assim o plágio de trabalhos intelectuais desde os primeiros anos do ensino fundamental.

A internet é um recurso importante para a realização de pesquisas quer seja para ler livros, ver vídeos, ouvir áudios ou consultar portais eletrônicos de informação. Assim, formatos diversos de conteúdo estão hoje disponibilizados em plataformas também diversas e acessíveis em vários tipos de aparelhos, ilustrando o que Henry Jenkins (2015) chama de convergência midiática – conceito desenvolvido para se referir à tendência que os meios de comunicação possuem de se adaptarem à internet, por meio da migração e distribuição do seu conteúdo para a rede mundial, em portal único. Nesse sentido, ele afirma:

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando. [...] No mundo da convergência das mídias, toda história importante é contada, toda marca é vendida e todo consumidor é cortejado por múltiplas plataformas de mídia. (JENKINS, 2015, p. 29).

Associado a essa convergência midiática, temos os dispositivos móveis com preços cada vez mais acessíveis, o que estimula ainda mais o sujeito contemporâneo a ser pesquisador no ciberespaço. O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), órgão atuante sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e que é responsável pela produção de indicadores e estatísticas sobre a disponibilidade e uso da Internet no Brasil, apresentou dados de pesquisa nacional que evidencia que 52% dos estudantes de 5º ano e 9º ano, do ensino fundamental, utilizam dispositivos móveis para a pesquisa escolar. Esse percentual atingiu 74% entre os estudantes do ensino médio (CETIC. BR, 2017). Somente essas estatísticas já bastariam para provar o quanto é importante educadores, pesquisadores, professores e gestores orientarem corretamente os estudantes quanto às pesquisas realizadas na internet – esse lócus intangível e que está em paralelo com o mundo físico-material –, denominado por Lévy (1999, p. 92, grifo do

autor) de ciberespaço, que para ele indica: “[...] o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores.” Nesse locus, práticas e atitudes geram uma cultura própria, catalogado também por Lévy (1999, p. 17) como cibercultura ou a cultura presente nos espaços virtuais.

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.

Uma das práticas presentes no ciberespaço é a cópia e o plágio. O irrefletido “Ctrl c +Ctrl v” – atalho utilizado para recortar e colar da internet nesta era *open decade* (década do código aberto), termo cunhado por Peters e Britez (2008) –, ficou bem mais fácil de se fazer. Krokoszcz (2012) afirma que há uma insuficiente orientação à normatização e ao referenciamento de informações, o que na avaliação dele, desencadeia e potencializa os problemas relativos ao plágio.

Sobre a intencionalidade (ou não) e quais as razões para o plágio, autores como Teixeira, Cicogna e Moraes (2011) e Castro Junior (2011) destacam a insuficiente capacidade autoral; o desconhecimento dos procedimentos adequados; a má fé; a falta de planejamento do tempo para se produzir a tarefa; a preguiça; o desleixo; a ausência de articulação textual e outras razões. As pesquisas internacionais, a exemplo de Tyler (2015), Ukpebor e Ogbemor (2013), Yang et al. (2014), Ma et al. (2007) e as nacionais, Bonette e Vosgerau (2010), Gomes (2011) e Zart (2010) apontam o crescente problema do plágio e da cópia vinculados aos avanços tecnológicos.

O presente artigo trata do resultado de pesquisa bibliográfica acadêmica em bancos de dados nacionais e internacionais, entre eles: o banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); o banco de dados do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP); a Comunidade Acadêmica Federada (CAFE), incluindo a consulta às bibliotecas digitais de Universidades Federais Brasileiras, no período de 2010 a 2016.

## 2 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE O PLÁGIO

No Brasil, as estatísticas são incapazes de mensurar o tamanho real do problema que envolve o plágio e a cópia em todas as instâncias do conhecimento e da produção, entre elas: *softwares*, jogos, textos, livros, músicas, filmes, teses, dissertações, monografias, produtos de conclusão de curso e trabalhos escolares. Caberia aqui uma lista de difícil finitude, também em função da escassez de pesquisas sobre o assunto no Brasil, conforme apresentaremos. Conceituado como apropriação de produção intelectual alheia, o plágio é regido no Brasil pela Lei nº 9.610, de 1998, que trata dos direitos autorais. O crime é uma rubrica jurídica, sendo assim definida: “ato ou efeito de plagiar; apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual etc. produzido por outrem” (HOUAISS, 2009).

O sentido de cópia, quando referido no artigo, equivale à direção de copiar e colar conteúdo oriundo da internet, ação que pode levar ao plágio. De acordo com Simões (2012), o plágio é um vocábulo que chega ao português pelo latim *plagium*, o qual, por sua vez, origina-se do grego *plagios*, cujos significado, em suas origens, indica o desencaminhamento de escravos por meios oblíquos. À luz do direito romano, *plagium* era “a venda fraudulenta de escravos.”

Diniz e Terra (2014), fizeram profunda análise crítica do plágio, desde os aspectos históricos na literatura, ciência e arte mundial, até os trabalhos acadêmicos nas universidades brasileiras. As autoras avaliaram o plágio textual e suas implicações

éticas para autores e leitores, subtitulando o livro por palavras escondidas. Embrenhado pelos domínios acadêmicos e inter-relacionando o assunto com a realização, publicação e divulgação de pesquisas, Diniz e Terra (2014) dão vários exemplos de escândalos envolvendo respeitáveis nomes na pesquisa mundial, em diversos campos do conhecimento. Neste artigo, assumimos o conceito de plágio como “[...] uma apropriação indevida de criação literária, que viola o direito de reconhecimento do autor e a expectativa de ineditismo do leitor” (DINIZ; MUNHOZ, 2011, p. 14).

A precursora do plágio tem nome: seu nome é cópia! Aquela cópia que desmerece o autor original, o conhecido atalho: “Ctrl c + Ctrl v” – o irrefletido recortar e colar –, e é por causa desse recorta e cola da internet que, nesse artigo, tratamos do plágio e da cópia. Aquela cópia que desmerece a reflexão e que, por isso, beira a incapacidade da reescritura, da paráfrase, tão pouco da autoria. Krokosc (2012) faz uma reflexão em torno da cultura brasileira do “jeitinho”, potencializada pela insuficiente orientação à normatização e ao referenciamento de informações. Se o “jeitinho brasileiro” admite a cultura de burla a algumas regras estabelecidas e conhecidas, em detrimento do cumprimento de tarefas, podemos afirmar que a insuficiente reflexão sobre o plágio nos ensinos fundamental e médio pode fomentar a cultura da cópia, e, conseqüentemente, a do plágio em estágios mais avançados do conhecimento. Krokosc (2012) sugere que diante do gigantismo do problema, envolvendo plágio e cópia no Brasil, o ideal para o enfrentamento do problema é a reflexão ética subjacente ao desenvolvimento do conhecimento, indagando inclusive sobre a gênese da ética e do conhecimento quanto à apropriação das ideias disponibilizadas na rede mundial de computadores. Krokosc (2012) cita uma lista de fatores que podem ajudar a identificar as razões do cometimento do plágio. Entre esses fatores, ele aborda o advento da internet e a facilidade de acesso e uso da informação como principal razão para o aumento dessa prática silenciosa, e, por vezes, invisível. O autor também cita o desconhecimento técnico na prática do plágio, apontando estudos que comprovam que a internet contribui muito para o aumento do plágio. Em seu texto ele aborda a questão da incapacidade autoral ao afirmar que:

A necessidade de estímulo ao processo de construção do sujeito autor: durante o processo de aprendizagem educacional na escola básica o estudante pode encontrar a primeira oportunidade para o desenvolvimento da capacidade técnica de escrita. Ainda que hoje a rapidez de acesso a informações na internet e a facilidade de utilização das mesmas intensifiquem o processo de pesquisa como um simples hábito de cópia, isso deve ser abolido das práticas de ensino e aprendizagem escolares. (KROKOSCZ, 2012, p. 28).

Krokosc (2012) também critica a falta de consenso das publicações brasileiras quanto às modalidades do plágio, elencando algumas oriundas de pesquisas que realizou, entre as quais: o plágio direto e o plágio indireto. O plágio direto (*word-for-word*) – indica a reprodução literal da informação por meio de “Ctrl c +Ctrlv” –, prática que não é proibida desde que o autor seja citado, e que a fonte de pesquisa seja indicada – algo que os estudantes brasileiros só aprendem nas universidades. O plágio indireto indica a reprodução de conteúdo original – reescrito de forma diferente –, sem atribuição de créditos ao autor que publicou as ideias. Krokosc (2012, p. 39-55) aborda os diferentes tipos de plágio indireto, quais sejam: 1. Reescritura sem indicação de fonte: elaboração de mosaicos (colcha de retalhos) com textos extraídos de fontes diferentes e uso de chavões sem citação da fonte original; 2. Plágio de fontes: a citação é correta, porém, sem informar a fonte original; 3. Plágio consentido (conluio): é fraude intelectual. Envolve o conluio entre colaboradores ou a compra de trabalhos elaborados por escritórios especializados em pirataria intelectual. Entre os colaboradores há um acordo para modificar o nome do autor e apresentar o texto como se fosse original. No âmbito comercial, o estudante compra um trabalho feito sob encomenda; 4. Autoplágio ocorre quando o autor não faz citação de sua própria obra.

### 3 ALGUNS ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE PLÁGIO E CÓPIA

Para situar a produção acadêmica sobre o tema do plágio, realizamos levantamento exploratório em conteúdo da produção acadêmica sobre o assunto, correspondendo ao período de 2010-2016. Assim, apresentamos perspectivas de estudos e pesquisas sobre o assunto para provocar e ampliar a explicação ou a compreensão do estado do conhecimento sobre tal problema.

No Brasil há um hiato considerável relacionado à cópia e ao plágio no ensino médio e fundamental, aumentando timidamente estas pesquisas e publicações a partir da graduação. Já nos Estados Unidos, essas pesquisas são abundantes e são realizadas com maior frequência pelas Faculdades de Psicologia e Educação. As pesquisas abordam o plágio relacionando-o com desenvolvimento do aprendizado, com os avanços tecnológicos, com os reflexos educacionais da família e com as regras da escola. Vejamos alguns dos estudos<sup>1</sup> analisados. Antes de empreendermos na análise dos artigos, façamos breve análise sobre o sistema público educacional estadunidense. A educação pública nos Estados Unidos configura-se em *elementary* (elementar), *intermediate* ou *middleschool* (intermediário), *secondary* ou *highschool* (secundária) e *higheducation* (educação superior), incluindo universidades, *colleges* e instituições de cursos de 2 anos.

O período de escolaridade que se estende do jardim de infância (*kindergarten*) ao final da educação secundária é conhecido como K-12, por compreender estudos do jardim de infância ao 12º ano. Esse grau de ensino atende alunos comumente na faixa etária dos 5 aos 18 anos de idade. As escolas em nível intermediário (*middleschool*), geralmente, oferecem do 5º ao 8º ano, conforme Combs et al. (2011). Há também outra configuração, na qual as escolas elementares oferecem do jardim de infância ao 6º ano e o 7º ano e o 8º anos são oferecidos nos chamados *Junior High Schools*. De qualquer forma, o *high school* continua compreendendo as séries de 9º ano ao 12º ano, como explicam Weiss e Baker-Smith (2010).

O Departamento de Psicologia da Universidade de Chicago realiza várias pesquisas relacionadas ao senso de justiça e a questões reputacionais, incluindo suas variáveis, entre elas, a cópia e o plágio infantil. Em uma das pesquisas, realizada no ano de 2014, o professor Alex Shaw e sua equipe laboratorial analisaram, em parceria com o Departamento de Psicologia da Universidade de Yale (*New Haven*, no estado de Connecticut), a opinião das crianças sobre a cópia e o plágio – a partir do momento que elas começam a valorar essas condutas. No estudo intitulado *No fair, copycat!: what children's response to plagiarism tells us about their understanding of ideas*, os pesquisadores Alex Shaw (Chicago) e Kristina Olson (Yale) analisam a opinião das crianças sobre o plágio.

Para os adultos, plagiar ou copiar alguém sem autorização é errado, mas os psicólogos das duas universidades quiseram saber quando essas ideias começam a surgir na mente infantil. Para chegar a esses resultados, eles realizaram três estudos – em quatro etapas diferentes –, analisando grupos de crianças de 7 a 9 anos, as quais, como os adultos, não gostavam que alguém as copiasse e também não admitiam cópias de originais, sejam desenhos, pinturas ou textos; crianças de 5 e 6 anos avaliaram negativamente a cópia, mas as crianças de 3 e 4 anos não avaliaram negativamente as cópias dos desenhos. Outra etapa replicou os resultados encontrados nos estudos anteriores na busca da justificativa para a avaliação negativa da cópia e plágio. Os pesquisadores descobriram que as crianças justificam suas avaliações negativas para os plagiadores, mencionando preocupações com a injustiça cometida quando se copia sem permissão. Para Olson e Shaw (2011), aos 5 anos, as crianças começam a conceituar e avaliar o plágio e cópia, indicando que nessa idade elas já avaliam essas condutas negativamente.

<sup>1</sup> Todas as pesquisas internacionais abordadas neste artigo são de tradução nossa, quer nas paráfrases, quer nas citações diretas.

Em estudo semelhante- incluindo a participação de Shaw e Olson -, juntamente com Yang et al. (2014) das Universidades da Pensilvânia e New Haven, nos Estados Unidos -, o artigo *No one likes a copycat: a cross-cultural investigation of children's response to plagiarism* aborda, em um estudo transcultural, a avaliação negativa que adultos e crianças tem da cópia e plágio. Eles investigaram a influência cultural a respeito do plágio e da cópia em crianças e adultos de três países que possuem políticas diferentes de proteção à propriedade intelectual, sendo eles: Estados Unidos, México e China.

Yang et al. (2014) explicam que para a abordagem das crianças de 3 a 6 anos a equipe utilizou vídeos – em apresentações para avaliar cópia, plágio e propriedade intelectual –, envolvendo originais e cópias dos desenhos desses originais. Segundo eles, os resultados mostraram que nas três culturas (norte-americana, mexicana e chinesa) a cópia e o plágio foram avaliados negativamente. De acordo com os pesquisadores, os resultados sugerem que, independente da cultura, os valores de proteção das ideias e da criação intelectual são similares. A surpresa no estudo é o resultado da avaliação chinesa – país onde as ideias são de todos, podendo ser compartilhadas livremente –, cujo plágio foi avaliado negativamente, mesmo com essa liberdade descrita.

Em outro estudo intitulado *An empirical investigation of digital cheating and plagiarism among middle school students*, uma equipe de quatro pesquisadores da Universidade pública estadunidense, de Ohio, na Pensilvânia, questionou quais são as atitudes dos alunos do ensino médio em relação à fraude digital e ao plágio. Os pesquisadores Ma et al (2007)<sup>2</sup> utilizaram na pesquisa a metodologia dos grupos focais e entrevistas. Os grupos focais foram realizados com os estudantes e as entrevistas com professores e pais de estudantes do Ensino Médio.

Os pesquisadores de Ohio, Ma et al. (2007) analisaram estudantes de três escolas públicas norte-americanas: uma escola – de 500 alunos, no subúrbio, uma escola da zona rural, e a terceira escola – com mil alunos –, localizada em uma cidade pequena do interior, com uma população composta por 99% de alunos brancos. As escolas do 6º ano ao 8º ano, são de raça, etnia e cores diversificadas. Todas as escolas citadas possuem laboratórios bem equipados, acesso à internet, *laptops* e computadores para todos os professores.

Ma et al. (2007) montaram três grupos focais, cada um composto por 12 estudantes, somando o total de 36 estudantes, dispendendo uma hora de conversa em cada um dos três grupos. As entrevistas semiestruturadas foram feitas com seis pais, seis professores e dois especialistas em processos midiáticos. A análise qualitativa encontrou os seguintes resultados: sobre o impacto da internet nas questões éticas entre os estudantes de ensino médio, a investigação revelou que a trapaça<sup>3</sup> em relação a apresentação de trabalhos copiados da internet é mais comum do que se pensa. Entre os 36 estudantes, dois terços admitiram flagrante de fraude nos colegas e um terço admitiu ter copiado. Estudantes, pais, professores e especialistas em mídia foram unânimes em reconhecer que a internet contribui para o aumento do plágio acadêmico entre os jovens.

A questão que buscou responder como os educadores cultivam a honestidade nessa era digital, e por meio de quais mecanismos, descobriu que os educadores estadunidenses melhoram o entendimento dos estudantes sobre a fraude digital e o plágio por meio da explicitação das regras de citação de fontes, estabelecendo as punições para quem plagiar. Os pesquisadores Ma et al. (2007) relacionam o aumento do plágio e cópia com o avanço tecnológico propiciado pela internet. Além das pesquisas de campo que a equipe realizou, os autores ancoraram seus estudos em várias pesquisas realizadas pelo *Josephson Institute of Ethics*. Esse Instituto analisa a cópia e o plágio entre os jovens nos Estados Unidos desde os anos de 1990 até os dias atuais.

<sup>2</sup> Mesmo estando fora do período de buscas nos últimos cinco anos, ou seja, de 2010 a 2016, optamos por abordar estes dois próximos estudos, tamanha importância desta pesquisa que coloca luz na questão do plágio entre estudantes norte-americanos do ensino médio.

<sup>3</sup> No artigo Ma et al. (2007) utiliza os termos *cheat*, *cheated*, *cheater*, *cheating*. Portanto, o uso do termo trapaça neste artigo e suas derivações parte da tradução da palavra para o português, considerando o contexto da discussão sobre o plágio.

Segundo dados do *Josephson Institute of Ethics*, o número de estudantes que reconheceram práticas de plágio e cópia nos trabalhos escolares saltou de 61% para 74%, em 10 anos. O Instituto constatou a incoerência entre o que os estudantes pregam e o que realizam, pois 98% dos jovens consideraram importante a honestidade e a confiança, contudo, indicaram que o mundo real justifica a desonestidade. Apesar de 91% dos estudantes se declararem satisfeitos com seu caráter, eles admitiram a fraude (MA et al., 2007).

Outra pesquisa que ancorou o trabalho dos analistas do artigo foi realizada pelo Pew Research Center no âmbito da investigação realizada no projeto *The Pew Internet and American Life Project*, em 2007, tendo constatado que 71% dos estudantes jovens preferem a internet como fonte de pesquisa ao invés de bibliotecas. Dos 754 estudantes ouvidos, 94% afirmaram que usam a internet para fazer os deveres de casa.

Os autores também analisaram dados do *International Center for Academic Integrity*, segundo os quais, em pesquisa com 50 mil estudantes de 60 universidades, 77% dos estudantes simplesmente cortam e colam sem citar as fontes ou reescrevê-las.

Quanto aos motivos de os jovens se envolverem em fraude digital, Ma et al. (2007) constataram que além de ser cultural (cultura dos pares), a facilidade de encontrar conteúdo na internet e a falta de punição, incentivam o plágio, a cópia ou a compra de trabalhos prontos na rede mundial.

Outro estudo longitudinal realizado pelas universidades de Michigan e Oregon, publicado no ano de 2010, analisou as trapaças infantis no que se refere à violação de regras relacionadas à cópia e o risco comportamental e social dessas violações. Callender (2010) e seu grupo de pesquisadores mediram a tendência ao comportamento fraudulento em atividades escolares, usando tarefas de resistência à tentação para codificar a latência para enganar e os possíveis efeitos inadequados. De acordo com o estudo, das 189 crianças, 63% (119 crianças) trapacearam nas tarefas pelo menos uma vez, e 37% (70 crianças) não enganaram. De acordo com os pesquisadores, o gênero não fez diferença.

De acordo com o estudo de Callender (2010), as crianças que trapacearam na primeira tarefa foram mais rápidas e hábeis para trapacear nas tarefas seguintes. Os estudantes que não trapacearam avaliaram negativamente a transgressão. Os pesquisadores recomendam o cuidado com a tolerância em pequenas fraudes (que eles nominam trapaças), cautela que nos parece necessária, considerando as estratégias de resolução de problemas abordados no estudo e as formas de lidar com o stress e pressão, correlacionando-os com os marcadores de risco psicopatológicos e a questão da moralidade comportamental. Esse estudo nos apresenta tanto categorias importantes quanto abordagem metodológica que nos ajuda a relacionar e a ampliar as possibilidades de investigação e compreensão em relação à temática do plágio em situações como a do não monitoramento dos pais no trabalho escolar dos filhos ao fazer pesquisas ou levantamentos na internet.

Em um estudo do professor e pesquisador da Universidade do Kentucky, Estados Unidos, intitulado *Examining cognitive predictors of academic cheating among urban middle school students: the role of home-school dissonance* (TYLER, 2015), a cópia e o plágio estão classificados entre os mais graves problemas do ensino nos Estados Unidos, na atualidade. Tyler (2015) afirma – com base em outras pesquisas, além da que ele mesmo realizou –, que negligenciar a cópia e a trapaça escolar na infância é ser permissivo com a fraude acadêmica na juventude, e que a tendência a cópia, ao plágio e às fraudes do gênero podem crescer de acordo com a transição do ensino elementar para o médio e do médio para o universitário, caso persevere a permissividade tutelar.

Entre os fatores permissivos da conduta descrita, Tyler (2015) – que investigou 660 estudantes –, aponta a dissonância entre as regras de casa e da escola como desencadeadores do processo. Para o pesquisador da Universidade do Kentucky,

as pequenas fraudes provavelmente se solidificam no ensino médio, pois os alunos enfrentam significativos períodos de transição, por exemplo:

[...] multiplicidade de professores, aumento no número de estudantes por sala, aumento de responsabilidades e atividades e incluindo ainda mudanças maturacionais e de desenvolvimento físico e mental e outras mudanças dentro do ambiente formal de aprendizagem e especialmente nesse período é importante não haver essa dissonância de valores [...]. (TYLER, 2015, p. 81, tradução nossa).

Tyler (2015) descreve a fraude acadêmica como o envolvimento consciente dos alunos, isto é, mentindo, falsificando, deturpando, corrompendo, plagiando, copiando ou tipicamente com a finalidade de mostrar bom desempenho em uma tarefa acadêmica. Ele propõe reforço às orientações aos estudantes, tanto em casa quanto na escola, para diminuir o problema da cópia e plágio com estímulo à autoestima dos educandos desde os primeiros passos na escola.

No que se refere ao exemplo da situação do plágio na produção científica em periódicos, a área de exatas também padece do mal da cópia e plágio.

Nos Estados Unidos, de acordo com um artigo publicado por Eismann (2015) na revista *Optical Engineering*, questões éticas sobre cópia e plágio são tratadas, no ensino elementar, sendo reforçados ao longo da vida acadêmica. O autor sente-se surpreso que ainda ocorra plágio depois de clarificado o assunto aos estudantes. De acordo com Eismann (2015), de 647 artigos submetidos à revista, 20 artigos (aproximadamente 3%) foram rejeitados por violações da ética por cópias não autorizadas, plágio. Segundo o autor, a fração é bem maior que a esperada.

Na África Ocidental, para descobrir a percepção dos estudantes do ensino secundário nigeriano (equivalente ao ensino médio brasileiro) sobre a pesquisa na internet e o plágio, os pesquisadores Christopher Ukpebor e Abieyuwa Ogbemor (2013), por meio da aplicação de questionários em grupos de discussão, descobriram que a maioria dos estudantes nigerianos no ensino secundário nunca sequer ouviram falar do plágio e que as cópias da internet são frequentes. Ukpebor e Ogbemor (2013) questionaram mil alunos, em 20 escolas, discutiram o assunto com 50 estudantes, dez professores e dois gestores públicos de ensino no estado de Edo, na Nigéria, para fazer sua pesquisa – intitulada *Internet and Plagiarism: Awareness, Attitude and Perception of Students of Secondary Schools*.

Ukpebor e Ogbemor (2013) afirmam que o advento da internet e de fontes abertas para consultas na plataforma mundial facilita a cópia, facilitando também a detecção do plágio. Contudo, eles explicam que na Nigéria a detecção de trabalhos plagiados se torna mais difícil porque os estudantes copiam dos próprios estudantes. Ukpebor e Ogbemor (2013) lamentam que a Nigéria não tenha adotado uma política de tolerância zero com o que eles denominam “epidemia”, comparando o plágio à bactérias e vírus espalhados entre as pessoas. Eles também questionam o cultivo à honestidade e a importância da orientação dos professores e gestores escolares nesse processo, especialmente porque o assunto não é tratado no ensino secundário, apenas no ensino universitário, fato que agrava ainda mais o problema.

Segundo dados apurados pelos autores, 90,4% dos estudantes secundários nigerianos usaram a internet para resolver o trabalho de classe, e 53,4% indicaram que sua escola não ensina as regras de uso de conteúdo *online* para tarefas escolares, destacando que sequer ouviram falar na palavra plágio. De acordo com Ukpebor e Ogbemor (2013), para banir o plágio da academia e banir a cultura da desonestidade nas pesquisas realizadas na internet – que redundam em cópias oriundas da rede mundial de computadores –, é preciso começar com os estudantes nos primeiros passos da pesquisa, na escola secundária, para evitar problemas futuros de plágio e propriedade intelectual.



Um estudo realizado em Taiwan, em 2015, indica o aumento da fraude acadêmica e relaciona a expansão digital ao que os pesquisadores chamam de ciberplágio. No estudo *Why do they become potential cyber-plagiarizers? Exploring the alternative thinking of copy-and-paste youth in Taiwan*, os pesquisadores Chang et al. (2015), analisaram a percepção dos jovens taiwanenses sobre o ciberplágio.

Por meio de questionário, os autores ouviram 113 estudantes – do 4º ao 12º ano do ensino – sobre o uso de ferramentas *online* na realização dos deveres e pesquisas. Os resultados mostraram que a frequência de cópias entre os estudantes pesquisados é de cerca de 3% entre o 4º ano e o 12º ano, sendo maior a frequência de cópia entre os estudantes do sexo masculino do 10º ano ao 12º ano. Mesmo com baixo índice de cópia, os pesquisadores sugerem que o ideal é amenizar o problema por meio da implementação de um currículo sistemático e preventivo quanto à questão das regras de pesquisa na internet, a fim de evitar a cópia e plágio nas diversas fases do aprendizado.

#### **4 PESQUISAS SOBRE O PLÁGIO NO BRASIL**

São ainda escassos os estudos sobre o plágio no Brasil, especialmente no que se refere ao ensino fundamental e médio. Um dos estudos localizados foi realizado por Rocha (2013), alertando que a frequente prática do plágio em atividades de pesquisa na graduação e na pós-graduação tem levado educadores e pesquisadores a atentarem para essa temática. Nesse sentido, para minimizarem o plágio na pesquisa escolar, a pesquisa de natureza intervencionista e de abordagem qualitativa tentou encontrar ações que possam ser tomadas por professores e estudantes dos anos finais do ensino fundamental. A autora aplicou questionários em grupo focal, utilizando a técnica de seminários.

A análise e interpretação dos dados enfatizou a necessidade de informar aos alunos sobre plágio e autoria, oportunizando a utilização das atividades de pesquisa escolar como ferramenta de busca e ampliação de conhecimentos. A pesquisadora destacou algumas ações produzidas na investigação, tais como a confecção de uma cartilha informativa sobre o plágio e a criação de uma *Fan Page* – apoiadas na tríade pesquisa-ensino-aprendizagem. As considerações finais de Rocha (2013) apontaram para a alta incidência do plágio em atividades de pesquisa, pois além de ser pouco abordado nas escolas, indica uma exígua produção acadêmica sobre o tema, especialmente nos anos finais do ensino fundamental. A pesquisadora apontou a necessidade de rever o conceito e a prática da pesquisa escolar, articulando-a com a ampla e frequente divulgação de informações sobre o plágio.

Em pesquisa realizada por Dias e Eisenberg (2015), é categórica a afirmação dos autores sobre o estarrecedor número de alunos que chegam à academia apresentando pouco ou nenhum domínio de processos investigativos ético-responsáveis, passando por esses cursos com a repetição de um histórico de incoerências reforçadas por um ciclo de desrespeito autoral. Primando pela necessidade de reflexão sobre o assunto, especialmente nos cursos de formação para professores, eles propõem a sanção para reincidência no plágio e destacam que:

O fenômeno do plágio acadêmico tem movimentado professores, universidades e órgãos de fomento à pesquisa em todo o mundo nos últimos anos. Embora o tema possa ser abordado em diversos campos – artes, comunicação, Direito, ciência e tecnologia – quando se refere à Educação e, principalmente, aos cursos de formação de professores, a preocupação se intensifica. Trata-se de refletir acerca das bases da construção do saber, de modo a tentar compreender o preocupante quadro de alunos que chegam aos cursos de licenciatura em universidades públicas, privadas ou confessionais, apresentando pouco ou nenhum domínio de processos investigativos ético-responsáveis, passam por esses cursos, repetindo um histórico de incoerências,

e retornam à escola como lentes, reforçando um ciclo de diluição autoral. (DIAS; EISENBERG, 2015, p. 181).

Entre as justificativas dos alunos entrevistados por Dias e Eisenberg (2015) estão a pressa em fazer os trabalhos e o desconhecimento das regras, sendo que 18 licenciandos (de um total de 30) reconheceram cometer plágio. Do total de entrevistados, nove disseram ter cometido intencionalmente e nove sem intenção; dez apontaram que os professores não ensinaram a forma correta de realizar pesquisas e fazer citações. Os autores esclareceram que, para os alunos, o plágio é a cópia integral do texto, o que de certa forma pode mascarar os números por eles encontrados. Um aspecto importante tratado pelos pesquisadores indica que o licenciando que plagia não consegue ter voz autoral, sinalizando que enfrentará um árduo caminho ao ensinar seus alunos a terem voz: “Assim, discutir plágio no âmbito dos cursos de licenciaturas se torna uma premissa para a formação do caráter ético do futuro professor que operará com pesquisa em seu exercício da docência” (DIAS; EISENBERG, 2015, p. 190).

Embora a amostra de Dias e Eisenberg (2015) seja pequena para demonstrar como o problema do plágio emerge na formação de licenciandos, nos parece oportuna a conclusão dos autores de que o licenciado que plagia e não consegue desenvolver a autoria, enfrentará um trabalho muito árduo de ensinar os seus estudantes a terem voz. Assim, é necessário que “nós, estudiosos da Educação, pesquisadores, professores universitários, devemos assumir nossa parcela de responsabilidade neste processo da formação e constituição autoral” (DIAS; EISENBERG, 2015, p. 195).

No artigo *Fraude e plágio em pesquisa e na ciência: motivos e repercussões*, Sauthier et al. (2011) analisa sob a ótica ética as repercussões que a fraude e o plágio acarretam para a evolução do conhecimento científico, evidenciando a necessidade de alerta à enfermagem, área de atuação da pesquisa. Ela caracterizou o plágio na enfermagem, e as repercussões desse fenômeno contra a ética na pesquisa científica e nas publicações analisadas. No total, foram nove notícias sobre plágio e 18 sobre fraudes, totalizando 27 matérias publicadas e utilizadas para a análise, entre o período de 1994 a 2009.

Descrédito, perda de fomento à pesquisa, retratação, constrangedora carta de reconhecimento de imprecisões, perda de patrimônio e ameaça de ter cassada a licença para exercer a medicina foram algumas das repercussões encontradas. Sauthier et al. (2011) alerta que a fraude na pesquisa em saúde é duplamente condenável pela desonestidade científica, podendo levar outros cientistas a alterarem seus projetos de formação. Tal fato torna a prática mais condenável, porque pode ser transposta à prática assistencial ao colocar em risco a vida dos pacientes.

Os dados encontrados pela pesquisadora reportaram diferentes tipos de fraude, tais como: falso resultado de clonagem de embriões; dados duplicados em experiências distintas; falsa montagem de fóssil descoberto 40 anos após a fraude, e uso de dados falsos nos trabalhos acadêmicos em universidades e faculdades.

A pesquisadora esclarece a diferença entre erro e fraude, sendo o erro um desleixo – além de indesejável –, mas fraude é grave, pois indica intencionalidade e fere a lisura da pesquisa e do código de ética profissional, colocando pacientes em risco, no caso da enfermagem. Dentro das motivações para o plágio, a pesquisadora encontrou o sistema de incentivos à pesquisa que impele à publicação rápida e em quantidade considerável; a obrigação sem um retorno imediato, nem financeiro, nem curricular; o desleixo na conferência da veracidade das informações; as leituras superficiais sobre os autores e manuscritos encaminhados para publicação.

Quanto aos resultados ou repercussões das fraudes na pesquisa para a sociedade, a pesquisadora encontrou os seguintes resultados: descrédito total; perda do auxílio oficial ou de fomento à pesquisa; retratação e constrangedora carta de reconhecimento de imprecisões; perda de patrimônio e ameaça de ter cassada a licença para exercer

a medicina. De acordo com Sauthier et al. (2011), o plágio no Ocidente é considerado conduta ilegal e depõe contra a ética nas pesquisas e publicações, porque se considera a posse que um indivíduo tem sobre suas ideias, o que não se configura como plágio no Oriente, cujas ideias são de posse da sociedade. Ela explica que na China, por exemplo, “[...] as palavras são da sociedade e devem ser compartilhadas por todos, não importando se essas palavras já foram usadas por outras pessoas” (SAUTHIER, 2011, p. 5).

No Brasil, em caso de dúvidas sobre a honestidade do trabalho, quer submetido, quer publicado, é responsabilidade do editor investigar a publicação submetida, e, caso comprovada a prática indevida, docentes e discentes podem ser responsabilizados civil e academicamente pela publicação. Sauthier et al. (2011) também chama a atenção para a necessidade de controlar impulsos e paixões, além da necessidade de consultar a si mesmo e à sociedade sobre os valores do sujeito autônomo, chamando a atenção para a sedimentação de valores sólidos que garantam a moralidade e sensibilização para a conduta ética que prime pelas responsabilidades, com objetivo de minimizar as ocorrências desses fenômenos socioculturais indesejáveis.

Em outra pesquisa sobre a temática, realizada por Gomes (2011), a pesquisadora questiona se a internet é de fato instrumento de plágio. Ela discute o uso da ferramenta internet enquanto propiciador ou facilitador de plágios e o uso não ético de informações em pesquisas científicas. Gomes (2011) questiona também a pressão advinda dos centros de pesquisa frente à quantidade de publicações exigidas e aponta a urgente necessidade de discussão sobre a postura ética no espaço acadêmico, para que o fomento à produção seja propiciador de textos originais. Ela exemplifica a prática com as publicações “colcha de retalhos”, nas quais se juntam trechos de artigos científicos e trechos de outros não científicos, com a finalidade de apresentar um “novo”. A autora também afirma que as questões desse tipo são costumeiras na academia, fugindo sutilmente à ética.

Gomes (2011) detalha a escassez de material *online* disponível em acesso aberto, exemplificando que uma das livrarias eletrônicas científicas mais acessadas – o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) –, possui menos de 10% das publicações científicas brasileiras, fato justificado pela pesquisadora em função dos direitos autorais e do elevado custo de assinatura de alguns periódicos científicos. Ela aponta a necessidade de encontrar, no ambiente científico, um “meio-termo” aristotélico (para Aristóteles os excessos são considerados vícios) com a finalidade de a publicação ser primeiramente para aprimorar e usufruir do conhecimento, e que o alargamento do currículo acadêmico virá como consequência, e não como causa do trabalho de produção científica.

Como já pregou Aristóteles, “a virtude moral é adquirida em resultado do hábito”. Assim, pesquisando, escrevendo e, acima de tudo, refletindo com as leituras realizadas e com o conhecimento produzido é que o homem pesquisador merecerá o atributo de cientista. [...] Portanto, levando-se em conta aspectos éticos no uso da internet como instrumento de pesquisa científica, podemos produzir conhecimentos mais verdadeiros. Não obstante isso, temos o compromisso de analisar, do ponto de vista ético, não somente os textos disponíveis na Web, mas, sobretudo, de demonstrar os equívocos científicos disponíveis nesse meio de divulgação. Esses são os principais cuidados a serem observados pelos pesquisadores que fazem uso da Internet na produção de seus textos e nos resultados das suas pesquisas científicas. (GOMES, 2011, p. 9).

Uma pesquisa desenvolvida por Luzia Bonette (2006)<sup>4</sup> investigou a formação do aluno-pesquisador no ensino médio e o papel do professor com o uso da internet nas pesquisas. A pesquisadora explica que diante das inovações tecnológicas proporcionadas – especialmente pelo acesso à internet –, ocorreram mudanças em todas as áreas organizacionais da sociedade. Segundo ela, essas inovações afetam em cheio a área educacional, abrindo um leque muito grande

<sup>4</sup> Bonette (2006) e Bonette e Vosgerau (2010) tratam da mesma pesquisa. Bonette (2006) pesquisa completa e Bonette e Vosgerau (2010) artigo publicado, sendo assim está compreendida no período 2010 a 2016.

de discussões sobre a utilização desse recurso como instrumento de pesquisa. Em sua análise, ela apontou o uso que os alunos têm feito das informações obtidas na rede e a maneira como eles realizam suas pesquisas, referenciando ou não os autores consultados.

Bonette (2006) analisou o processo de apropriação das informações contidas na internet, com alunos do ensino médio da escola, dentro de uma situação de aprendizagem pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa. Quanto à formação do aluno-pesquisador, ela fez uma análise da idade em que se começa a formar um pesquisador, constando que esse processo é desencadeado mais intensamente no ensino médio. Sua análise trata do papel do professor nessa nova era e nesse novo ambiente cognitivo, e sobre a evolução da leitura com o aparecimento da internet. Pelas respostas dos 149 alunos pesquisados por Bonette (2006), observou-se que no uso de recursos para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa, eles empregaram sete tipos de fontes, dentre as quais, as mais utilizadas foram: internet (126 alunos), livros (73 alunos), revistas (32 alunos); jornais (16 alunos); enciclopédias (5alunos); viagens (1aluno) e outros – entrevistas, documentos e pesquisa de campo (3alunos). No estudo, observou-se que a fonte de pesquisa mais usada é a internet. Em seus questionários, alguns alunos comentaram a adoção de livros no colégio e da internet em casa, além de citarem mais de uma fonte como referência de pesquisa. Do total de alunos pesquisados, 12 se restringiram, em suas pesquisas, à internet. Em artigo desenvolvido por Bonette e Vosgerau (2010), as pesquisadoras constataram que o conteúdo da internet é um elemento corriqueiro nos trabalhos feitos pelos alunos e que a questão ética sobre a apropriação das informações não é totalmente clara para eles, sendo o plágio uma constante nos textos desses alunos, fato que reforça a necessidade de nós, pesquisadores, ajudarmos professores e estudantes na temática.

Os motivos aventados são muitos, contudo, os mais citados por elas são: a facilidade de acesso e o grande número de informações encontradas na rede. Perguntados sobre como veem a internet – se de forma positiva ou negativa –, a maioria dos alunos a considera como positiva, justificando: “é de grande utilidade” (24 alunos); “e ciência nas pesquisas” (7alunos); “complemento de informações” (1aluno); “facilidade e rapidez no acesso a informações” (13 alunos) e “disponibilidade de um vasto número de informações” (16 alunos). Outras concepções de uso da internet – tais como suporte no ensino – foram indicadas pelos alunos, bem como os motivos que os levam a pesquisar na rede. Por meio dessas concepções e do trabalho de campo, a pesquisadora pôde constatar a positividade na utilidade da internet e o quanto ela é acessada durante o processo de aprendizagem escolar, além do papel que ocupa nas ações de pesquisa, em tarefas escolares do dia-a-dia, como fonte de complemento de informações e na solução de dúvidas em relação ao conteúdo escolar.

Para as pesquisadoras, no processo de ensino-aprendizagem, a apropriação das informações contidas na internet conduz à exigência de novas metodologias de ensinar e aprender por causa desse acesso e por causa das questões éticas inerentes ao seu uso. Elas chamam a atenção para o papel do professor nesse processo, porque não há outro caminho para pesquisa, pois a internet veio para ficar. Em sua análise elas elencam quatro princípios da rede mundial, quais sejam: intimidade, exatidão, propriedade intelectual e acesso.

1. Intimidade: diz respeito à confidencialidade e à invasão dessa intimidade. Parte-se do princípio de que a informação é privada e só deve ser compartilhada com quem realmente tem direito a ela; assim, os usuários da Internet devem manter certo respeito com relação a essas informações, não as compartilhando com quem não tem direito ao seu uso.

2. Exatidão: requer que o usuário da informação encontrada na Internet a mantenha exatamente como a encontrou, sem alterá-la.

3. Propriedade Intelectual: requer que os usuários das informações respeitem os direitos de autoria e que sejam sempre citadas as referências adequadas, para o devido reconhecimento da propriedade pessoal e intelectual e para a investigação

da autoria da redação. O usuário deve evitar copiar programas, bases de dados, arquivos, informações etc., pois, sendo propriedade intelectual que não lhe pertence, poderá estar cometendo delitos e, conseqüentemente, sofrera punição por lei.

4. Acesso: trata dos direitos das pessoas à informação encontrada na Internet que deve ser igual para todos, diminuindo as desigualdades sociais. (BONETTE; VOSGERAU, 2010, p. 10)

Para avaliar como se dá o processo da autoria nas produções textuais escolares em ambientes digitais, com o uso da internet, Zart (2010) traz a preocupação da cópia e expropriação de autoria por parte dos alunos com o uso das tecnologias informacionais. Ela aborda os novos desafios do ensino em sala de aula por causa do advento das novas tecnologias digitais – do ciberespaço, da cibercultura –, inter-relacionando este conforto na realização das pesquisas e com os problemas ocasionados por essa relação, já que nem sempre os alunos referenciam os textos e tampouco os assumem, quer por desonestidade intelectual, quer por ingenuidade metodológica, no que se refere a autoria de informações que não foram por eles produzidas.

Zart (2010) retoma a questão da originalidade na construção do hipertexto e na produção do novo texto pelo aluno, destacando que há um novo contexto, portanto, um novo sentido que descaracteriza a reprodução técnica do texto. Assim, há uma ressignificação que não pode ser julgada antiética caso se desconheça as regras de creditação. A pesquisa foi desenvolvida por um grupo de cinco alunos sob a responsabilidade da pesquisadora. Para o desenvolvimento da investigação, a metodologia utilizada foi empírica de cunho qualitativo e modalidade semipresencial em ambientes informatizados. Os alunos criaram *webpages* de temas livres com os mais diversos tipos de recursos multimídia, entre eles: clipes, rádio, som, música, fotos, imagens estáticas e em movimento. Depois foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os estudantes para avaliar o processo de autoria coletiva, e um farejador de plágio como ferramenta de cunho quantitativo para averiguar autoria e plágio na produção dos hipertextos dos alunos.

Na pesquisa, Zart (2010) aborda os novos desafios do ensino em sala de aula por causa do advento das novas tecnologias digitais, do ciberespaço, da cibercultura, que fazem surgir uma nova linguagem e uma nova forma de produzir textos e escrever. Ela traz a preocupação da cópia de textos e da expropriação de autoria por parte dos alunos com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) conceituadas por Lévy e abordadas por ela. A pesquisadora ressalta que:

O ciberespaço favorece o desenvolvimento da inteligência coletiva, um conceito que surgiu com as discussões de Lévy a respeito das tecnologias da inteligência. Caracterizado por um novo tipo de pensamento, é viabilizada por meio das conexões sociais, que se realizam pela utilização das redes abertas de computador pela internet. A inteligência coletiva é caracterizada pelo uso coletivo da interatividade, das comunidades virtuais, dos fóruns, dos weblogs e wikis na construção e disseminação dos saberes, com base no acesso à informação democratizada e sua constante atualização. Dessa forma, as produções intelectuais não teriam mais autoria exclusiva de uma pessoa, país ou classe social isolada, mas de todos que têm acesso à internet. (ZART, 2010, p. 13).

De acordo com Zart (2010), esse novo ambiente interativo de produção textual no meio digital suscita implicações sobre a concepção de autoria nos textos digitais e sobre práticas escolares, nas quais as marcas de um autor individual desaparecem em favor de um autor coletivo constituído pelo hipertexto. Ela diz ainda que essa situação traz alguns problemas, normalmente discutidos nas salas dos professores e em conselhos de classe, sendo eles: a cópia de textos da internet e a apropriação de sua autoria pelos alunos. Essas mudanças na forma de pensar, de estudar e de construir o texto acarretaram conforto na realização das pesquisas. Todavia acarretam também problemas, já que nem sempre os alunos referenciam os textos e os assumem

– quer por desonestidade intelectual, quer por ingenuidade metodológica –, a autoria de informações que não foram por eles produzidas. A pesquisa da autora foi desenvolvida no âmbito da Linguística Aplicada e uma das maiores preocupações foi o “Ctrl c e Ctrl v”, gíria muito usada pelos estudantes para se referir ao atalho utilizado no programa *Word* na indicação do ato de copiar e colar.

Zart (2010) se refere ao filósofo e crítico literário Walter Benjamin, para o qual a obra de arte em sua essência sempre foi reproduzível e os homens sempre puderam imitar o que outros homens faziam. Para ele a reprodução técnica da obra de arte representa um processo novo, sendo desenvolvido de forma crescente através da história. Nessa perspectiva, a reprodução passaria a ter função original à medida que o aluno imbricasse em um novo contexto de produção textual, com novo entendimento atualizado nessa cultura. Interessante esse olhar de Benjamin, pois quando escreveu sua teoria sobre a reprodutibilidade ainda não vivíamos a *open decade* (a década do código aberto), termo cunhado – como já dito anteriormente – pelos autores norte-americanos Peters e Britez (2008).

De acordo com Zart (2010), sob a ótica de Benjamin, o aluno não está falsificando sua produção textual, porque de fato ele tem mais autonomia sobre o movimento hipertextual disponibilizado pelos *links* – aspecto não oferecido pela reprodução manual –, assim, como frisado anteriormente, há uma ressignificação na produção textual. Em sua análise:

Dessa forma, o pensamento de Benjamin, (1989), ilustra as riquezas de possibilidades do cotidiano. Convida-nos a remover as distorções por meio dos quais estamos acostumados a experimentar os espaços e eventos e substituí-las por novas, fazendo-nos pensar em estratégias de aproximação entre nossos problemas e nossas próprias interpretações dos eventos. Não será esse o desafio a que estamos submetidos como professores, quando colocamos nossos alunos diante do computador para produzir textos utilizando a internet? (ZART, 2010, p. 22-23).

Zart (2010) retoma a questão da originalidade na construção do hipertexto, pensando a função do autor nesse ambiente, com a contribuição de Michel Foucault, o qual, segundo ela, examina a relação do texto com o autor e a maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente.

No cotidiano, em pesquisas realizadas pelos alunos e entregues aos professores em sala de aula, ao baixar um texto da internet e entregá-lo ao seu professor como cumprimento de uma tarefa, o aluno estaria em uma prática de transposição do meio digital para o meio impresso, sem marcas de sua autoria. A autora desenvolve outra possibilidade na pesquisa, entendendo que o estudante está em uma nova prática de autoria em que a internet passa a ser vista para ele como um repositório de textos, através do qual os alunos se valem para elaborar trabalhos e, com isso, entram em um processo de tomada de posição social, continuando a autoria no sentido da função “autor”, como Foucault propõe, instituindo uma nova aura ao escrever e transportar textos, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

Reportando-nos à sala de aula, é possível pensar que, ao baixar um texto da internet e entregá-lo ao seu professor como sendo o cumprimento de uma tarefa, o aluno estaria em uma prática de transposição do meio digital para o meio impresso, sem marcas de sua autoria. Outra possibilidade desenvolvida nesta pesquisa é a de entender que ele está em uma nova prática de autoria em que a internet passa a ser vista para ele como um repositório de textos, de que ele se vale para encontrar a sua tomada de posição social. Continuará havendo autoria no sentido da função autor, como Foucault propõe. A reprodutibilidade técnica seria o espaço tecnológico que permite a expressão dessa autoria. O aluno, ao omitir as citações, está demonstrando desconhecer que identificar a autoria de um texto é uma prática de escrita que deve ser observada. Nesse sentido, ele não poderia ser julgado antiético. Conscientizá-lo dessa necessidade pode fazer parte dos novos propósitos de ensino do professor que trabalha nos ambientes digitais. Pensamos que, quando o aluno elabora um

determinado trabalho, usando os recursos do hipertexto, os links, por exemplo, deixando nele marcas de sua caminhada, selecionando pontos que vêm ao encontro de seus objetivos para a construção de um determinado sentido, ele está demarcando aí a sua autoria e instituindo uma nova aura através da atualização de sentidos. (ZART, 2010, p. 33-34).

Assim, para Zart (2010) o aluno não poderia ser julgado antiético caso desconhecesse as regras de creditação autoral. Conforme afirmarmos anteriormente, a pesquisa foi desenvolvida por um grupo de cinco alunos sob a responsabilidade da pesquisadora. Para o desenvolvimento da investigação, a metodologia utilizada foi empírica de cunho qualitativo em modalidade semipresencial em ambientes informatizados.

Zart (2010) concluiu que a navegação melhora a autonomia do aluno e intensifica a complexidade dos seus textos devido à multiplicidade de fontes consultadas, ressaltando que os alunos escrevem mais incentivados pelas imagens do que pelos textos.

## 5 CONCLUSÃO

Nessa revisão de literatura sobre plágio, constatamos a escassez de pesquisas sobre o assunto no Brasil, especialmente para o ensino fundamental, aumentando timidamente a partir do ensino superior.

Hipotetizamos que a falta de informação sobre os processos de pesquisa e sobre a responsabilidade na creditação autoral, nos primeiros passos do estudante no ensino formal, pode ser um dos causadores do plágio e da cópia na academia.

Sobre a relação entre educação, tecnologia e mediação, entende-se que “[...] a era digital, por sua vez, trará consigo uma gama de transformações nos processos de comunicação social, o que acarretará maiores mudanças nos procedimentos de produção, disseminação e aquisição do conhecimento [...]” (SILVA, 2012, p. 195). Assim, em relação ao ciberespaço, o processo de ensino-aprendizagem adquire as características de interatividade e disseminação de conhecimentos e saberes, acarretando consigo incontáveis benefícios, mas também problemas como o plágio e cópia abordados nessa revisão de literatura.

Devemos considerar que no mundo moderno todos os canais digitais convergem em dispositivos móveis, como exemplo, os *smartphones* ou *tablets*, com preços cada vez mais acessíveis, levando o estudante contemporâneo a tornar-se um pesquisador no ciberespaço. Tal fato sugere que as orientações sobre o perigo do plágio e da cópia devam ser enfatizadas. Embora o tema sobre o plágio tenha sido predominantemente estudado e associado ao avanço das tecnologias da informação e comunicação, não devemos esquecer que o livro impresso – aquele que não está disponível na rede mundial de computadores – também se constitui em campo fértil de pesquisa em relação à prática do plágio. Daí, então, a importância de não se restringir a pesquisa acadêmica para as fontes de pesquisa em si (internet, livros e outros), mas medrar o olhar também sobre a formação dos sujeitos e das dinâmicas sociais correlatas que levam à prática do plágio.

Há possibilidades variadas de se estudar e pesquisar o tema do plágio, a exemplo das perspectivas a seguir: a) realização de estudos e pesquisas comparativas; b) realização de pesquisas longitudinais até os modelos de pesquisa-ação ou do tipo participante; c) abordagens complementares de estudos não podem ser dispensadas, a exemplo daqueles que possam relacionar os enfoques pedagógicos aos psicológicos; d) pesquisas no âmbito escolar nos níveis fundamental, médio, graduação e pós-graduação, separadamente ou inter-relacionados; e) processos de socialização fora da escola (família ou grupos sociais diversos) que tenham implicação no que se refere ao tema; f) produções sobre o tema do plágio; g) pesquisas centradas nos sujeitos – estudantes, professores, pesquisadores gestores, pais –, com perspectivas variadas de recorte de estudo; h) pesquisas centradas em atividades autorais no âmbito escolar

ou da produção acadêmica, incluindo como se relacionam aos alertas sobre o plágio; i) do ponto de vista estrutural, investigar a “indústria do plágio” e o enfoque do tema na comunidade científica.

Como destacado, as perspectivas anteriores não esgotam as possibilidades de tratamento do tema do plágio, inclusive, estudos e pesquisas sobre a questão podem ocorrer a partir de um modelo integrado de análise, reunindo mais de uma das possibilidades anteriormente citadas ou outras.

Quanto maior a reflexão sobre o problema do plágio, maior a possibilidade de trabalhar a dimensão ético-pedagógica que antecede a punição e pode potencialmente evitá-la. O conhecimento sobre o assunto pode ser diferencial quando somado às facilidades da internet, à cultura da cópia irrefletida, abrindo mais um prisma que pode ser elemento decisório nas práticas cotidianas dos estudantes, professores e pesquisadores. Esperamos que as reflexões aqui realizadas possam estimular outras pesquisas sobre o assunto, especialmente no Brasil, pois para muito além dos sistemas de controle mais presentes no ensino superior e nos cursos de pós-graduação, precisamos de incentivar a adoção de uma cultura de formação ética, que abranja estratégias pedagógicas e que valorizem também a honestidade intelectual em todas as etapas do ensino e em todos os campos do conhecimento, inclusive em pesquisas realizadas pelos estudantes na internet. Portanto, os debates em torno do assunto são imprescindíveis.

A educação não é um processo exclusivamente escolar, mas é na escola que esse processo universal ocorre de forma intencional, planejada, controlada, avaliada e sistematizada. A educação no espaço escolar trabalha para o desenvolvimento de competências, e as competências emergem quando os aprendizes utilizam conhecimentos prévios, integrando-os em cada situação na qual são desafiados a participarem, ou seja, as competências exploram os conhecimentos prévios, o que acreditamos endossar a proposta aqui explorada da necessidade de pesquisar, debater e analisar o assunto plágio e cópia interdisciplinarmente.

É inconteste o importante papel da tecnologia, das mediações midiáticas no processo educativo. É também inconteste o papel do livro didático para os estudantes, e a questão do plágio e da cópia permeia estas mediações e midiáticas, por todas essas razões e argumentos aventados, precisamos pensar na apropriação da tecnologia que cria oportunidades emancipatórias, mas que, paradoxalmente, pode gerar fenômenos excludentes (para quem não possui acesso) e antiéticos (para quem possui acesso e não tem conhecimento).

## REFERÊNCIAS

BONETTE, L. M. C. *A formação do aluno-pesquisador no ensino médio: o papel do professor frente ao uso da internet nas pesquisas*. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=626](http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=626)>. Acesso em: 01 jun. 2016.

BONETTE, L. M. C.; VOSGERAU, D. S. R. O plágio por meio da internet: uma questão ética presente desde o ensino médio. *Educação em Revista*, v. 11, n. 2, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9610.htm)>. Acesso em: 19 dez. 2016.

CALLENDER, K. A. et al. Assessment of cheating behavior in young school-age children: distinguishing normative behaviors from risk markers of externalizing psychopathology. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, v. 39, n. 6, p. 776-788, 2010.



CASTRO JUNIOR, L. Plágio na internet: o que fazer? *Oficina da Net*, Santa Cruz do Sul-RS, 1 maio 2011. Seção Artigo. Disponível em <<https://www.oficinadanet.com.br/artigo/internet/plagio-na-internet>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

CASTRO, S. R. F. *A abordagem do plágio nos livros didáticos do ensino fundamental e na visão de autores*. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2017. Disponível em:<[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31525/1/2017\\_SirleneRodriguesFerreiraCastro.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31525/1/2017_SirleneRodriguesFerreiraCastro.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CAVALCANTE, M. J. M.; GOMES, A. C. de A.; TAVARES, L. H. M. da C. As histórias em quadrinhos no livro didático de Português: uma análise multimodal. In: CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA, 17., 2014, João Pessoa. *Anais eletrônicos...* João Pessoa: ALFAL, 2014. Disponível em: <<http://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0723-2.pdf>>. Acesso em: 01 nov.2016.

CETIC.BR. *Cetic.br pesquisa o uso do celular por alunos para a realização de atividades escolares*. 2 ago. 2017. Disponível em:<<http://cetic.br/noticia/cetic-br-pesquisa-o-uso-de-celular-por-alunos-para-a-realizacao-de-atividades-escolares/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CHANG, C.-M. et al. Why do they become potential cyber-plagiarizers? Exploring the alternative thinking of copy-and-paste youth in Taiwan. *Computers & Education*, v. 87, p. 357-367, 2015.

COMBS, J. P. et al. Academic achievement for fifth-grade students in elementary and intermediate school settings: grade span configurations. *Current Issues in Education*, Tempe-Arizona-USA, v. 14, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://cie.asu.edu/ojs/index.php/cieatasu/article/view/677>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

DIAS, W. T.; EISENBERG, Z. W. Vozes diluídas no plágio: a (des) construção autoral entre alunos de licenciaturas. *Pro-Posições*, v. 26, n. 1, p. 179-197, 2015.

DINIZ, D.; MUNHOZ, A. T. M. Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica. *Argumentum*, Vitória-ES, v. 1, n. 3, p.11-28, jan./jun. 2011.

DINIZ, D.; TERRA, A. *Plágio: palavras escondidas*. Brasília: Letras Livres; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

EISMANN, M. T. Plagiarism and double publication. *Optical Engineering*, v. 54, n. 3, p. 030101-030101, 2015.

GOMES, L. L. Z. Internet: instrumento de plágio ou instrumento de pesquisa? *Revista Triângulo*, v. 4, n. 1, 2011.

HOUAISS, A. Plágio. In:\_\_\_\_\_. *Dicionário Houaiss eletrônico da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2015.

KROKOSZ, M. *Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores*. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

LÉVY, P. *Cibercultura*. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MA, H. et al. An empirical investigation of digital cheating and plagiarism among middle school students. *American Secondary Education*, v. 35, n. 2, p. 69-82, 2007.

OLSON, K. R.; SHAW, A. 'No fair, copycat!': what children's response to plagiarism tells us about their understanding of ideas. *Developmental Science*, v. 14, n. 2, p. 431-439, Mar. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2nRqKEe>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

PETERS, M. A.; BRITZ, R. G. (Ed.). *Open education and education for openness*. Rotterdam: Sense Publishers, 2008.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2012.

ROCHA, T. L. *O plágio na pesquisa escolar: perspectivas de professores e alunos de duas escolas de Monte Carmelo/MG*. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade de Uberaba, Uberaba-MG, 2013. Disponível em: <<https://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000206031.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

SAUTHIER, M. et al. Fraude e plágio em pesquisa e na ciência: motivos e repercussões. *Revista de Enfermagem Referência*, Coimbra-PT, v. 3, n. 3, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ref/vserlIn3/serlIn3a05.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

SILVA, Débora Cristina Santos e. Pesquisa e mediação pedagógica na cibercultura: desafios e possibilidades da prática docente. In: Didática e formação de professores: perspectivas e inovações. In: SUANNO, Marilza; PUIGGRÓS, Núria Rajadell (org.). Goiânia: CEPED Publicações e PUC Goiás, 2012.

SIMÕES, A. G. O crime de plágio e suas variações no ambiente acadêmico. *Revista Âmbito Jurídico*, São Paulo, ano 15, n. 96, jan. 2012. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11057](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11057)>. Acesso em: 30 jun. 2017.

TEIXEIRA, C. M.; CICOGNA, M. A.; MORAIS, M. R. Software para detecção de textos com plágio baseado em busca pela internet. In: CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 11., 2011, Santos. *Anais...* Santos: CNIC, 2011.

TYLER, K. M. Examining cognitive predictors of academic cheating among urban middle school students: the role of home-school dissonance. *Middle Grades Research Journal*, v. 10, n. 3, p. 77, 2015.

UKPEBOR, C. O.; OGBEBOR, A. Internet and plagiarism: awareness, attitude and perception of students of secondary schools. *International Research: Journal of Library and Information Science*, v. 3, n. 2, 2013.

WEISS, C. C.; BAKER-SMITH, E. C. Eighth-grade school form and resilience in the transition to high school: a comparison of middle schools and K-8 schools. *Journal of Research on Adolescence*, New Jersey-USA, v. 20, n. 4, p. 825-839, Dec. 2010. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1532-7795.2010.00664.x/abstract>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

YANG, F. et al. No one likes a copy-cat: a cross cultural investigation of children's response to plagiarism. *Journal of Experimental Child Psychology*, Amsterdã-NED, v.121, p. 111-119, May 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jecp.2013.11.008>>. Acesso em: 01 nov.2016.

ZAMBON, L. B.; TERRAZZAN, E. A. Políticas de material didático no Brasil: organização dos processos de escolha de livros didáticos em escolas públicas de educação básica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília-DF, v. 94, n. 237, 2013. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/379>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

ZART, L. H. M. *A escrita emergente: autoria nas produções textuais escolares em ambientes digitais, com o uso da internet*. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada)– Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2589>>. Acesso em: 30 abr. 2017.